ENTRE A SUGESTÃO E A DECISÃO: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA COMO MEDIAÇÃO EDITORIAL EM UM REVISOR PARA PEQUENAS REDAÇÕES

BETWEEN SUGGESTION AND DECISION: GENERATIVE ARTIFICIAL INTELLIGENCE AS EDITORIAL MEDIATION IN A PROOFREADING TOOL FOR SMALL NEWSROOMS

ENTRE LA SUGERENCIA Y LA DECISIÓN: INTELIGENCIA ARTIFICIAL GENERATIVA COMO MEDIACIÓN EDITORIAL EN UN REVISOR PARA PEQUEÑOS TEXTOS

10.56238/IIMultiCientifica-211

Rodrigo Daniel Levoti Portari
Doutor em Comunicação Social
Instituição: Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
E-mail: rodrigo.portari@uemg.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3196-924X
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8795949726430425

Sérgio Carlos Portari Júnior
Doutor em Mídia e Tecnologia
Instituição: Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
E-mail: sergio.junior@uemg.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8363-429X
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2760462875229761

RESUMO
Este artigo analisa as potencialidades e os limites da inteligência artificial generativa como apoio à revisão de textos noticiosos a partir do desenvolvimento do Revisor Jornalístico, protótipo destinado a redações de pequeno porte. Em vez de tomar a IA como substituta do jornalista, a pesquisa a compreende como mediação editorial: uma tecnologia que interfere na relação entre profissionais, textos, rotinas e critérios de qualidade, sem deslocar a responsabilidade pela apuração e pela publicação. Metodologicamente, articula-se pesquisa aplicada orientada ao desenvolvimento de artefato e validação exploratória de 290 operações realizadas sobre 100 textos jornalísticos originais, provenientes de nove veículos locais e regionais. Os resultados foram avaliados segundo critérios de clareza, concisão, preservação informativa e adequação ao gênero jornalístico. Houve aceitação integral ou parcial em 288 operações (99,3%). As recusas e aceitações parciais concentraram-se em redução excessiva de informações, expressões genéricas e alterações inadequadas de siglas, dados ou fluxo textual. Conclui-se que a contribuição do artefato não reside em automatizar a decisão, mas em organizar uma segunda leitura que permanece subordinada ao julgamento profissional.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Jornalismo. Revisão de Textos. Mediação. Redações Locais.

ABSTRACT
This article examines the potentialities and limits of generative artificial intelligence as support for the revision of news texts through the development of Revisor Jornalístico, a prototype intended for small newsrooms. Rather than treating AI as a substitute for journalists, the study understands it as editorial mediation: a technology that affects the relationship among professionals, texts, routines, and quality criteria without transferring responsibility for reporting and publication. Methodologically, the study combines applied research focused on artifact development with an exploratory validation of 290 operations performed on 100 original news texts from nine local and regional outlets. The results were assessed according to clarity, concision, preservation of information, and journalistic genre adequacy. Full or partial acceptance occurred in 288 operations (99.3%). Rejections and partial acceptances were concentrated in excessive information reduction, generic AI phrasing, and inappropriate changes to acronyms, data, or textual flow. The article concludes that the artifact's contribution does not lie in automating editorial decisions, but in organizing a second reading process that remains subject to professional judgment.

Keywords: Artificial Intelligence. Journalism. Text Revision. Mediation. Local Newsrooms.

RESUMEN
Este artículo analiza las potencialidades y los límites de la inteligencia artificial generativa como apoyo a la revisión de textos noticiosos a partir del desarrollo del Revisor Periodístico, prototipo destinado a redacciones de pequeño porte. En lugar de tomar la IA como sustituta del periodista, la investigación la comprende como mediación editorial: una tecnología que interfiere en la relación entre profesionales, textos, rutinas y criterios de calidad, sin desplazar la responsabilidad por la averiguación y por la publicación. Metodológicamente, se articula investigación aplicada orientada al desarrollo de artefacto y validación exploratoria de 290 operaciones realizadas sobre 100 textos periodísticos originales, provenientes de nueve vehículos locales y regionales. Los resultados fueron evaluados según criterios de claridad, concisión, preservación informativa y adecuación al género periodístico. Hubo aceptación integral o parcial en 288 operaciones (99,3%). Los rechazos y aceptaciones parciales se concentraron en reducción excesiva de información, expresiones genéricas y alteraciones inadecuadas de siglas, datos o flujo textual. Se concluye que la contribución del artefacto no reside en automatizar la decisión, sino en organizar una segunda lectura que permanece subordinada al juicio profesional.

Palabras clave: Inteligencia Artificial. Periodismo. Revisión de Textos. Mediación. Redacciones Locales.

1 INTRODUÇÃO

O jornalismo, enquanto prática social institucionalizada, sempre esteve condicionado às transformações técnicas que atravessam suas rotinas produtivas, seus critérios de noticiabilidade e suas formas de construir a realidade. A introdução de novas tecnologias não elimina, por si só, o trabalho jornalístico; ela reorganiza etapas, acelera determinadas operações, desloca competências e produz disputas em torno de autoridade, autoria e credibilidade. A circulação de conteúdos em plataformas digitais e a intensificação dos fluxos informacionais já haviam alterado profundamente esse cenário. A popularização de sistemas de inteligência artificial generativa, entretanto, acrescenta uma questão específica: pela primeira vez, ferramentas amplamente acessíveis passaram a produzir linguagem em registro aparentemente humano e a responder a instruções redigidas em linguagem natural.

Essa capacidade tem produzido reações ambivalentes. De um lado, a IA generativa passou a ser tratada como recurso capaz de resumir documentos, localizar padrões, sugerir títulos, transcrever entrevistas, organizar bases de dados e revisar textos. De outro, vieram à tona preocupações legítimas relacionadas a erros factuais, vieses, opacidade, padronização de linguagem, apropriação indevida de conteúdos e precarização do trabalho. A tensão não é artificial. Sistemas generativos podem oferecer respostas linguisticamente persuasivas sem que suas formulações correspondam aos fatos, às fontes ou às convenções de uma redação. Em jornalismo, onde a informação circula como bem público e onde uma falha pode afetar pessoas e instituições, a adoção de qualquer recurso técnico precisa ser acompanhada por critérios de responsabilidade.

O debate tende a oscilar entre duas imagens insuficientes. A primeira celebra a inteligência artificial como solução automática para problemas de produtividade e de qualidade. A segunda reduz toda aproximação entre jornalismo e IA à ameaça de substituição profissional. Ambas as posições deixam em segundo plano uma dimensão mais concreta: como as ferramentas são desenhadas, quais tarefas lhes são delegadas, que controles são oferecidos aos usuários e de que maneira suas sugestões são incorporadas ou recusadas no fluxo editorial. Em outras palavras, não basta perguntar se a IA entrará nas redações; é necessário investigar sob quais arranjos ela pode atuar e quais valores jornalísticos permanecem visíveis nesses arranjos.

Essa discussão é particularmente relevante para redações de pequeno porte. Em municípios do interior e em veículos regionais, a produção noticiosa frequentemente se realiza em equipes enxutas, com grande volume de demandas, prazos curtos e disponibilidade limitada de revisão especializada. Não se trata de supor ausência de profissionalismo ou de reduzir esse jornalismo a uma versão menor

dos grandes conglomerados. Trata-se de reconhecer uma condição material de trabalho na qual repórteres, editores e comunicadores acumulam funções de apuração, redação, edição, publicação e distribuição. Uma ferramenta de apoio pode ser útil nesse contexto somente se não for apresentada como atalho para publicar sem checagem, mas como mecanismo de segunda leitura e de organização do trabalho.

É a partir dessa questão que se desenvolve o Revisor Jornalístico, protótipo construído em Python com interface gráfica e integração entre recursos de revisão linguística e modelos de linguagem. A ferramenta recebe texto inserido diretamente pelo usuário ou extraído de uma página pública, apresenta sugestões linguísticas selecionáveis, produz diagnóstico editorial, permite a geração de rascunhos a partir de dados confirmados e oferece uma versão de trabalho para edição. Seu princípio organizador é simples: nenhuma alteração deve ser aplicada ou publicada sem escolha humana. Assim, o sistema não pretende executar a reportagem, substituir a apuração ou decidir o que é notícia; pretende apoiar uma etapa específica da produção, a revisão de texto, sem ocultar os limites dessa intervenção.

O objetivo deste artigo é analisar as potencialidades e os desafios do uso de IA generativa na revisão de textos jornalísticos por meio desse artefato. Parte-se da hipótese de que, quando submetida a uma arquitetura de decisão humana, a IA pode operar como mediação editorial: ela reconfigura a relação entre jornalista e texto, mas não assume a autoria profissional nem a responsabilidade pela informação. Para sustentar essa hipótese, o texto articula estudos sobre automação, comunicação humano-máquina e ética algorítmica; descreve o desenvolvimento do Revisor Jornalístico; propõe procedimentos de validação; e discute os resultados obtidos na validação exploratória do protótipo, considerando suas potencialidades, limitações e implicações para as rotinas de pequenas redações jornalísticas.

2 JORNALISMO, TECNOLOGIA E MEDIAÇÃO EDITORIAL

As rotinas jornalísticas não podem ser compreendidas como simples sequência neutra de técnicas. Tuchman (1978) demonstrou que a notícia é construída por procedimentos, convenções e formas institucionalizadas de lidar com a imprevisibilidade dos acontecimentos. Schudson (2003), por sua vez, chama atenção para o caráter histórico do jornalismo e para a relação entre seus valores profissionais e as condições sociais em que a atividade se desenvolve. Essa perspectiva é importante porque impede que tecnologias recentes sejam tratadas como forças autônomas que determinam, de

fora, o futuro da profissão. Ferramentas participam das rotinas, mas são apropriadas por organizações, profissionais e públicos em contextos específicos.

A digitalização ampliou esse processo ao introduzir métricas, plataformas, sistemas de gerenciamento de conteúdo, bancos de dados e processos de circulação contínua. Deuze e Witschge (2018) observam que a transformação do jornalismo não significa desaparecimento de seus princípios, mas reconfiguração das relações entre trabalho, organização e cultura profissional. A mesma cautela é necessária diante da IA generativa. Se é verdade que modelos de linguagem ampliam a velocidade de determinadas operações textuais, também é verdade que a notícia continua exigindo verificação, contextualização, atribuição de informações, escuta de fontes e julgamento sobre relevância pública. Nenhum desses elementos decorre automaticamente da fluência verbal de um sistema.

O conceito de mediação ajuda a qualificar esse ponto. Em vez de imaginar uma oposição rígida entre jornalista humano e máquina, a mediação permite observar uma rede de relações na qual interfaces, comandos, critérios de estilo, bancos de dados e escolhas de uso participam da produção de sentido. Guzman e Lewis (2020) propõem que a comunicação humano-máquina seja investigada como campo próprio, pois sistemas comunicativos não são apenas ferramentas silenciosas: eles organizam expectativas, sugerem respostas e influenciam a forma como humanos se relacionam com mensagens e decisões. No caso jornalístico, a mediação não transfere agência moral à máquina, mas evidencia que a escrita passa a ser produzida em interação com sistemas capazes de responder linguisticamente.

Essa formulação não deve ser confundida com atribuição de consciência ou intencionalidade aos modelos. O Revisor Jornalístico não compreende um acontecimento como um repórter o compreende; não conhece o contexto social de uma fonte, não acompanha uma audiência pública, não percebe o constrangimento de uma entrevista nem responde por uma acusação publicada. A ferramenta opera sobre material textual e sobre instruções formuladas pelo usuário. Sua contribuição está em indicar problemas, propor formas de expressão e organizar uma nova superfície de leitura. O jornalista continua sendo responsável por aceitar, recusar, reescrever ou ignorar a sugestão, além de responder pelas consequências de qualquer informação divulgada.

Essa diferença é especialmente relevante quando se discute objetividade. A objetividade jornalística não pode ser reduzida à ausência de adjetivos ou ao emprego de terceira pessoa. Trata-se de um ideal profissional que envolve procedimentos de apuração, atribuição de fontes, contrastação de versões, clareza na distinção entre fato e opinião e possibilidade de correção pública. A ferramenta pode auxiliar a localizar formulações excessivamente vagas, repetitivas ou opinativas, mas não pode

garantir imparcialidade. Ao reconhecer isso, o desenho do Revisor evita uma promessa tecnicista e preserva a complexidade do trabalho jornalístico.

3 AUTOMAÇÃO, IA GENERATIVA E OS LIMITES DO DISCURSO SUBSTITUTIVO

A discussão sobre automação no jornalismo antecede a popularização dos modelos generativos. Carlson (2015), ao analisar o chamado jornalismo automatizado, demonstrou que a entrada de sistemas produtores de texto desloca debates sobre trabalho, formas de composição e autoridade jornalística. O ponto central de sua análise é que a automação não pode ser avaliada apenas por sua capacidade de produzir frases; ela altera expectativas sobre quem pode escrever, quais gêneros parecem automatizáveis e de onde deriva a legitimidade de uma notícia. Dörr (2016) também mapeia um campo no qual algoritmos participam de coleta, produção, distribuição e recepção de conteúdos, indicando a necessidade de distinguir usos, atores e níveis de intervenção.

Modelos de linguagem generativa tornam essa discussão mais intensa porque são generalistas e acessíveis. Eles podem redigir textos em diversos registros, responder a perguntas, oferecer sínteses e imitar padrões estilísticos. Porém, a mesma generalidade que os torna atraentes também impõe limites. Não há garantia de que o texto gerado esteja ancorado em fontes verificadas, de que uma informação seja atual ou de que a formulação respeite o contexto local do acontecimento. Broussard (2018) alerta para o risco de atribuir inteligência humana a sistemas que, embora estatisticamente eficazes em tarefas específicas, carregam limites de dados, classificação e interpretação. Em jornalismo, esse alerta deve ser lido como defesa de uma relação crítica com a ferramenta, e não como proibição abstrata de seu uso.

A crítica à automação é indispensável porque a adoção de sistemas opacos pode agravar dependências tecnológicas e reduzir a transparência editorial. Dörr e Hollnbuchner (2017) destacam desafios éticos relacionados à responsabilidade, à prestação de contas e à atribuição de decisões em contextos de jornalismo algorítmico. A expansão da IA generativa acrescenta problemas de alucinação, viés, proteção de dados e uniformização de linguagem. Uma redação que simplesmente copia e cola respostas de um modelo desloca para uma infraestrutura privada decisões que deveriam ser submetidas a critérios profissionais. A questão, portanto, não é apenas se a ferramenta economiza tempo, mas qual tempo ela economiza, o que ela torna invisível e quais controles deixa ao jornalista.

É nesse ponto que o Revisor Jornalístico se distancia de uma lógica de substituição. Sua função principal não é produzir automaticamente uma matéria pronta para publicação. O sistema organiza

uma camada adicional de revisão. A revisão linguística apresenta sugestões que precisam ser selecionadas; o diagnóstico editorial chama atenção para possíveis fragilidades de lead, atribuição e clareza; a função de rascunho é delimitada por dados fornecidos pelo usuário e orientada a marcar lacunas como informação a confirmar. Essas escolhas não eliminam os riscos, mas tornam explícito que a IA não deve assumir a última palavra sobre o texto.

A perspectiva defendida aqui pode ser denominada cooperação editorial assimétrica. Há cooperação porque o jornalista usa respostas geradas pelo sistema como material de leitura e decisão. Ela é assimétrica porque os participantes não ocupam o mesmo lugar: a ferramenta não responde ética, civil ou profissionalmente pelo conteúdo; o jornalista responde. Essa assimetria não diminui o interesse do artefato. Ao contrário, oferece um critério para avaliar sua pertinência. Quanto maior a capacidade do sistema de tornar suas sugestões revisáveis, de sinalizar incertezas e de preservar a autoria humana, maior sua adequação a uma prática jornalística responsável.

4 PERCURSO METODOLÓGICO: PESQUISA APLICADA E DESENVOLVIMENTO DO ARTEFATO

A pesquisa é de natureza aplicada e exploratória, orientada pela construção e avaliação de um artefato destinado a um problema concreto: a necessidade de apoio à revisão textual em rotinas jornalísticas com pouco tempo e recursos humanos restritos. O percurso aproxima-se da design science research, para a qual o conhecimento sobre um problema e suas soluções é produzido na criação, no uso e na avaliação de artefatos (Hevner *et al.*, 2004). Essa escolha metodológica permite que o Revisor Jornalístico seja tratado simultaneamente como produto técnico e como objeto empírico: suas funções, limitações e formas de apropriação informam a discussão sobre IA e jornalismo.

A primeira etapa consistiu no levantamento de requisitos jornalísticos e técnicos. Do ponto de vista da redação, foram considerados critérios recorrentes na produção de notícias: clareza, concisão, adequação gramatical, precisão verbal, identificação de fontes, organização do lead e distinção entre informação e opinião. Erbolato (2004) e Lage (2001) são referências importantes para situar tais critérios, sem reduzir a escrita jornalística a um conjunto fixo de regras. Do ponto de vista técnico, definiu-se que a ferramenta deveria ter interface simples, funcionar com inserção direta de texto e operar por módulos, de forma que o usuário distinguísse correção linguística, diagnóstico editorial e geração assistida.

A segunda etapa correspondeu ao desenvolvimento do protótipo. O sistema foi estruturado em Python e PyQt5, com integração de um recurso de revisão linguística para apontar problemas de ortografia, pontuação e gramática, além de uma interface com modelo de linguagem para tarefas delimitadas. A arquitetura atual oferece: campo para inserção de texto; extração de conteúdo de URL pública; tabela de sugestões linguísticas selecionáveis; painel de indicadores de leitura; diagnóstico editorial; criação de rascunho a partir de dados confirmados; e área de versão de trabalho. A ferramenta não é um modelo treinado com corpus próprio nem pretende apresentar treinamento de máquina realizado no interior da pesquisa. Ela orquestra recursos existentes, aplica instruções editoriais e registra possibilidades de uso.

A terceira etapa correspondeu à validação exploratória do protótipo. Foram reunidos 100 textos jornalísticos originais, provenientes de nove veículos locais e regionais, e registradas 290 operações entre 11 de setembro e 12 de outubro de 2026. A seleção foi intencional, orientada pela disponibilidade de textos de extensão curta e média e pela diversidade possível de gêneros e temas nas rotinas digitais. Predominaram registros de polícia e segurança, seguidos por cotidiano e cidades e política e administração pública. O protocolo reuniu revisão jornalística por IA, ajuste de tom, geração de notícia a partir de dados, geração de manchetes, geração de resumo e, em um caso, revisão linguística automatizada. Cada operação produziu registro de data, tipo de tarefa, extensão do texto antes e depois, similaridade textual, alterações estimadas, decisão editorial e observação qualitativa.

A avaliação combinou indicadores descritivos e leitura qualitativa. Os resultados foram classificados como aceitos integralmente, aceitos parcialmente ou recusados, considerando clareza, concisão, preservação de fatos, números, siglas, atribuições e adequação ao gênero jornalístico. A avaliação combinou indicadores descritivos e leitura qualitativa. Os resultados foram classificados como aceitos integralmente, aceitos parcialmente ou recusados, considerando clareza, concisão, preservação de fatos, números, siglas, atribuições e adequação ao gênero jornalístico. A classificação inicial foi submetida à revisão de consistência editorial por um segundo avaliador, não sendo identificadas divergências substantivas nas sinalizações registradas no protocolo.

Foram adotados cuidados éticos relativos ao uso de conteúdo público e à exposição de informações sensíveis. Os registros preservam os textos para auditoria do experimento, mas a apresentação dos resultados privilegia dados agregados e exemplos anonimizados. O protótipo não realiza publicação automática e não substitui checagem factual, consulta a fontes, decisão editorial ou responsabilidade sobre o conteúdo divulgado.

5 O REVISOR JORNALÍSTICO COMO DISPOSITIVO DE SEGUNDA LEITURA

A contribuição mais visível do Revisor Jornalístico está em sua interface. Em vez de organizar a experiência como conversa livre com um chatbot, o protótipo apresenta o texto do usuário e a versão de trabalho em campos distintos. Essa escolha é metodológica e editorial. A comparação visual impede que a saída gerada pela IA seja percebida como substituição silenciosa do original. O jornalista pode observar o que havia escrito, examinar a sugestão e editar a versão final. A ferramenta passa a funcionar como segunda leitura, não como autor oculto do texto.

O módulo de revisão linguística utiliza uma tabela com trecho identificado, sugestão de substituição, categoria e observação. As alterações não são aplicadas por padrão. O usuário precisa marcar aquelas que deseja utilizar e confirmar a aplicação. Essa decisão responde a um problema recorrente em corretores automáticos: uma correção formalmente aceitável pode ser inadequada para nome próprio, termo técnico, fala de fonte, topônimo ou estilo do veículo. Ao deslocar a aceitação para o usuário, o sistema evita a aparência de neutralidade do automatismo e cria uma oportunidade de reflexão sobre cada intervenção.

O diagnóstico editorial é deliberadamente diferente da revisão com IA. Em vez de reescrever o texto, esse módulo solicita que o sistema examine força do lead, clareza, identificação de fontes, repetições, trechos a confirmar e perguntas de apuração. A separação é importante porque reescrita e diagnóstico têm efeitos distintos. Uma redação pode desejar apenas uma lista de pontos a verificar antes de publicar, sem permitir que o modelo reformule a matéria. A interface torna possível esse uso mais cauteloso, aproximando a tecnologia de práticas já existentes de edição e checagem interna.

A função de rascunho assistido também possui limites explícitos. Ela recebe somente dados fornecidos pelo usuário e orienta que lacunas sejam marcadas como informação a confirmar. Essa regra não resolve por completo o problema de alucinação, mas desloca o foco da ferramenta: não se pede que ela invente uma notícia a partir de uma frase vaga; pede-se que organize um primeiro arranjo de dados já disponíveis e identifique perguntas ainda abertas. Em termos jornalísticos, o valor do módulo está menos na velocidade de redigir e mais na possibilidade de organizar uma pauta ou uma primeira estrutura de texto que continuará submetida à apuração.

Por fim, o painel de leitura informa quantidade de palavras, caracteres, frases e média de palavras por período. Esses indicadores não são critérios suficientes de qualidade, mas ajudam a localizar textos excessivamente longos, densos ou pouco segmentados. Em conjunto, os módulos formam um dispositivo que apoia decisões pontuais. A ferramenta não conhece o projeto editorial

completo de cada veículo, nem substitui manual de redação, editor responsável ou consulta às fontes. Sua potencialidade está em oferecer uma camada de apoio adaptável, especialmente útil quando a revisão precisa ocorrer sob pressão de tempo.

6 RESULTADOS: VALIDAÇÃO EXPLORATÓRIA DO REVISOR JORNALÍSTICO

A validação reuniu 290 operações realizadas sobre 100 textos originais. Após a padronização dos nomes, o material foi associado a nove veículos locais e regionais. As operações foram distribuídas em 100 ajustes de tom por IA, 100 revisões jornalísticas por IA, 20 gerações de notícia a partir de dados, 20 gerações de manchetes, 29 gerações de resumo e 21 revisões linguísticas automatizadas. A amostra possui caráter exploratório e não probabilístico; sua contribuição está na observação detalhada de usos concretos do protótipo em textos submetidos a julgamento editorial.

Do total de operações, 219 foram aceitas integralmente, 69 aceitas parcialmente e duas recusadas. Assim, 288 dos 290 resultados foram considerados aproveitáveis após leitura editorial, correspondendo a 99,3% de aceitação integral ou parcial. Consideradas apenas as 269 operações mediadas por IA generativa, 267 foram aproveitadas, igualmente 99,3%. Esses indicadores não significam que toda saída pudesse ser publicada sem intervenção. A categoria de aceitação parcial compreende situações em que a proposta serviu como base de trabalho, mas exigiu correção, complementação ou recuperação de formulações do texto original.

Nas 100 revisões jornalísticas por IA, 60 resultados foram aceitos integralmente e 40 parcialmente, sem recusas. A similaridade textual média nessa modalidade foi de 0,60, indicando que as intervenções preservaram parcela relevante da redação de partida, embora reorganizassem formulações, períodos e ênfases. Nos 100 ajustes de tom, 90 resultados foram aceitos integralmente, oito parcialmente e dois recusados. As principais observações apontaram o risco de condensar excessivamente a informação, sobretudo quando a redução de extensão comprometia detalhes relevantes ao contexto da notícia.

As 20 gerações de notícia a partir de dados foram todas aproveitadas: oito integralmente e 12 parcialmente. O padrão confirma que a geração pode oferecer uma estrutura inicial para textos baseados em informações fornecidas pelo usuário, mas demanda edição posterior para adequar linguagem, hierarquia informativa e vocabulário ao contexto do veículo. As 20 gerações de manchetes foram aceitas integralmente. Entre as 29 gerações de resumo, 20 foram aceitas integralmente e nove parcialmente. As 21 revisões linguísticas automatizadas também foram aceitas integralmente. Os

resultados sugerem que as diferentes funções respondem a necessidades editoriais distintas e devem ser avaliadas conforme seu objetivo específico, e não apenas por uma comparação abstrata entre ferramentas.

A leitura qualitativa explica por que os altos indicadores de aceitação não devem ser interpretados como autorização para automatizar a publicação. As duas recusas decorreram principalmente de redução excessiva de texto. Nas aceitações parciais, apareceram advertências sobre expressões genéricas recorrentes em saídas de IA, emprego impreciso de termos amplos e alterações inadequadas de siglas, dados ou fluxo narrativo. Esses achados mostram que o valor do Revisor está em tornar visíveis possibilidades de ajuste e pontos de atenção, não em fornecer uma versão final autossuficiente. A segunda revisão de consistência editorial ratificou as sinalizações registradas no protocolo.

7 DISCUSSÃO: POTENCIALIDADES SEM DETERMINISMO TECNOLÓGICO

O Revisor Jornalístico permite deslocar o debate sobre inteligência artificial de uma pergunta abstrata — a máquina substituirá o jornalista? — para outra, mais situada e produtiva: quais tarefas podem ser apoiadas por uma ferramenta e quais controles são necessários para que esse apoio não comprometa a qualidade da informação? Essa mudança de perspectiva importa porque evita tratar a IA como uma entidade homogênea, capaz de produzir efeitos idênticos em qualquer redação. O que está em disputa não é somente a capacidade técnica de gerar frases, mas o modo como uma ferramenta é inserida em rotinas, distribuída entre profissionais, submetida a regras de uso e incorporada a decisões editoriais.

Os resultados da validação indicam que a revisão textual constitui uma zona particularmente relevante para esse deslocamento. Trata-se de uma atividade em que repetições, problemas de concisão, formulações pouco claras e possibilidades de reorganização podem ser sinalizados com agilidade. Ao mesmo tempo, é uma etapa em que a aparência de correção não equivale à adequação jornalística. Contexto, fonte, atribuição, precisão factual, escolha vocabular e consequências de publicação permanecem dependentes de leitura profissional. A utilidade da ferramenta, portanto, não está em oferecer uma sentença final sobre o texto, mas em produzir uma camada adicional de leitura que torna mais visíveis problemas e alternativas de formulação.

Essa constatação aproxima o artefato de uma perspectiva de cooperação editorial assimétrica. Há cooperação porque o jornalista pode utilizar as respostas produzidas pelo sistema como material de

trabalho: aceitar, recusar, reformular, complementar ou simplesmente usar uma sugestão como sinal de que determinado trecho merece atenção. A assimetria, porém, é decisiva. O modelo não participa da apuração, não conhece as condições de produção de uma informação, não estabelece relações com fontes e não responde publicamente por uma matéria. Sua fluência não pode ser confundida com compreensão do acontecimento. Como argumentam Guzman e Lewis (2020), pensar a comunicação humano-máquina exige observar as expectativas e relações que sistemas comunicativos reorganizam; não exige atribuir-lhes equivalência com atores humanos.

A dimensão ética da IA jornalística precisa, por isso, sair do plano das recomendações abstratas e ganhar forma em escolhas de interface e de rotina. Floridi *et al.* (2018) destacam princípios como explicabilidade, prevenção de danos, responsabilidade e preservação da autonomia humana. No jornalismo, esses princípios se materializam quando uma sugestão é apresentada como sugestão, e não como decisão; quando diagnóstico e reescrita são separados; quando lacunas informativas permanecem visíveis; quando não há publicação automática; e quando a versão final continua submetida à chancela de quem responde profissionalmente pelo conteúdo. O desenho da ferramenta não elimina riscos, mas torna o uso mais contestável, verificável e compatível com uma cultura de revisão.

Esse ponto ajuda a qualificar as críticas à automação sem descartá-las. As preocupações com precarização do trabalho, redução de postos em redações, concentração de infraestrutura tecnológica e dependência de plataformas são reais. Carlson (2015) demonstrou que a automação afeta não apenas a forma do texto, mas as disputas por autoridade e os sentidos atribuídos ao trabalho jornalístico. Um aplicativo de revisão não resolve essas questões estruturais. Também não deve ser apresentado como justificativa para ampliar indefinidamente a produção com equipes menores. Há diferença, contudo, entre delegar a uma IA a produção autônoma de notícias e empregá-la, sob critérios editoriais, como apoio a uma atividade de segunda leitura. No primeiro caso, aumenta-se o risco de obscurecer autoria, responsabilidade e contexto; no segundo, abre-se a possibilidade de reduzir parte do retrabalho formal e proteger tempo para tarefas que exigem presença, escuta, retorno a fontes, consulta a documentos e julgamento crítico.

Para redações pequenas e veículos locais, essa distinção é especialmente importante. A escassez de tempo e a limitação de equipes não autorizam a transferência indiscriminada de decisões para sistemas generativos. Ao contrário, tornam mais necessária uma arquitetura de uso que ajude a organizar prioridades. O valor de uma ferramenta como o Revisor Jornalístico está em apoiar o jornalista onde a repetição e a pressão de tempo dificultam a segunda leitura, sem deslocar aquilo que

constitui o núcleo da profissão: decidir o que é relevante, verificar informações, reconhecer limites de uma fonte, identificar riscos de exposição e responder diante do público pelas escolhas feitas.

A noção de estilo jornalístico também exige atenção. Veículos locais e regionais trabalham com topônimos, instituições, nomes próprios, siglas, formas de tratamento e repertórios culturais que podem ser inadequadamente normalizados por modelos generalistas. A tendência a substituir formulações específicas por vocabulário amplo ou genérico revela que padronização não é sinônimo de qualidade. Um texto pode tornar-se mais curto e aparentemente mais fluente, mas perder uma atribuição importante, enfraquecer uma cautela necessária ou descaracterizar o modo pelo qual determinado público reconhece uma instituição e seu território. Nesse sentido, a revisão apoiada por IA precisa ser compreendida como prática situada, e não como aplicação indiferente de uma norma universal de escrita.

Uma direção importante para o desenvolvimento futuro do Revisor é a incorporação de parâmetros editoriais configuráveis. Manuais de estilo, glossários locais, preferências de tratamento, siglas recorrentes e orientações sobre tom poderiam oferecer referências mais próximas da realidade de cada veículo. Essa possibilidade, porém, não deve ser interpretada como solução definitiva. Mesmo um sistema orientado por parâmetros internos continuará incapaz de compreender plenamente as implicações sociais de um acontecimento, a relação histórica entre uma fonte e uma comunidade ou o sentido político de determinada formulação. A personalização pode reduzir inadequações recorrentes; não substitui a responsabilidade de quem apura, edita e publica.

A contribuição deste estudo é, assim, dupla. No plano aplicado, apresenta um artefato funcional que organiza recursos computacionais em torno de um fluxo de decisão humana. No plano teórico, propõe que a discussão sobre IA e jornalismo observe as mediações concretas inscritas na interface: o que a ferramenta sugere, o que preserva, o que altera, quando exige confirmação e como seus limites se tornam visíveis ao usuário. Essa perspectiva evita tanto o entusiasmo automático quanto a recusa genérica. Em lugar de perguntar se a tecnologia salvará ou destruirá o jornalismo, permite investigar como determinados arranjos técnicos podem ampliar — ou comprometer — as condições de exercício responsável da profissão.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou o Revisor Jornalístico como proposta de apoio à revisão de textos em pequenas redações. Partiu-se da compreensão de que a inteligência artificial generativa não deve ser

avaliada apenas por sua capacidade de produzir frases, mas por sua inserção em rotinas profissionais, critérios de responsabilidade e formas de decisão. A hipótese sustentada é que uma ferramenta desenhada para preservar a escolha humana pode atuar como mediação editorial: ela torna visíveis problemas de linguagem e oferece caminhos de reescrita, mas não substitui a apuração, a autoria nem a responsabilidade jornalística.

A descrição do protótipo evidencia escolhas que orientam esse posicionamento: sugestões linguísticas selecionáveis, separação entre diagnóstico e reescrita, marcação de lacunas a confirmar e inexistência de publicação automática. Tais elementos não eliminam vieses, imprecisões ou dependências em relação a fornecedores de modelos. Eles estabelecem, contudo, condições mínimas para que a ferramenta seja usada como apoio, e não como instância autônoma de decisão. A pesquisa rejeita, assim, tanto a promessa de neutralidade tecnológica quanto a ideia de que toda utilização de IA equivalha à dispensa do jornalista.

A principal limitação do estudo está no caráter exploratório e não probabilístico do corpus, concentrado em textos de veículos locais e regionais e com predominância de registros de polícia e segurança. A validação por dois revisores fortalece a leitura dos resultados, mas não substitui estudos com amostras ampliadas, múltiplas redações e medidas formais de concordância entre avaliadores. Tampouco foram medidos tempo de revisão, efeitos de aprendizagem ou impacto sobre a qualidade factual após a publicação. Esses limites orientam a continuidade da pesquisa e impedem generalizações indevidas a partir dos indicadores apresentados.

Como agenda de continuidade, propõe-se incorporar histórico de alterações, parâmetros de manual de estilo, classificação mais clara das sugestões e protocolos de proteção de dados. Também será necessário investigar os efeitos da ferramenta sobre a formação jornalística e sobre as rotinas de redações que a utilizem por período mais longo. A resposta não estará contida apenas no código, mas nas práticas de uso, contestação e aperfeiçoamento que se constituírem ao seu redor.

REFERÊNCIAS

BROUSSARD, Meredith. Artificial unintelligence: how computers misunderstand the world. Cambridge: MIT Press, 2018.

CARLSON, Matt. The robotic reporter: automated journalism and the redefinition of labor, compositional forms, and journalistic authority. Digital Journalism, v. 3, n. 3, p. 416-431, 2015. DOI: 10.1080/21670811.2014.976412.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. Beyond journalism: theorizing the transformation of journalism. Journalism, v. 19, n. 2, p. 165-181, 2018. DOI: 10.1177/1464884916688550.

DIAKOPOULOS, Nicholas. Automating the news: how algorithms are rewriting the media. Cambridge: Harvard University Press, 2019.

DÖRR, Konstantin Nicholas. Mapping the field of algorithmic journalism. Digital Journalism, v. 4, n. 6, p. 700-722, 2016. DOI: 10.1080/21670811.2015.1096748.

DÖRR, Konstantin Nicholas; HOLLNBUCHNER, Katharina. Ethical challenges of algorithmic journalism. Digital Journalism, v. 5, n. 4, p. 404-419, 2017. DOI: 10.1080/21670811.2016.1167612.

ERBOLATO, Mário L. Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário. São Paulo: Ática, 2004.

FLORIDI, Luciano *et al.* AI4People: an ethical framework for a good AI society. Minds and Machines, v. 28, p. 689-707, 2018. DOI: 10.1007/s11023-018-9482-5.

GUZMAN, Andrea L.; LEWIS, Seth C. Artificial intelligence and communication: a human-machine communication research agenda. New Media & Society, v. 22, n. 1, p. 70-86, 2020. DOI: 10.1177/1461444819858691.

HEVNER, Alan R.; MARCH, Salvatore T.; PARK, Jinsoo; RAM, Sudha. Design science in information systems research. MIS Quarterly, v. 28, n. 1, p. 75-105, 2004. DOI: 10.2307/25148625.

LAGE, Nilson. Linguagem jornalística. São Paulo: Ática, 2001.

NEWMAN, Nic; FLETCHER, Richard; ROBERTSON, Craig T.; ARGUEDAS, Amy Ross; NIELSEN, Rasmus Kleis. Digital News Report 2024. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2024.

SCHUDSON, Michael. The sociology of news. New York: W. W. Norton, 2003.

TUCHMAN, Gaye. Making news: a study in the construction of reality. New York: Free Press, 1978.